

MOÇAMBIQUE TEM QUADRO LEGAL FAVORÁVEL MAS FALTA O **ENFORCEMENT**

02



**SEMINÁRIO SOBRE
MERCADO DE CAPITAIS**

**BVM divulga
serviços da Bolsa
a empresários da
zona Centro do
País**

05



**MANUSEAMENTO DE
CARGA CONTENTORIZADA**

**Porto da Beira lidera
“ranking” dos
terminais mais
eficientes da África
Austral**

09



**PARA CONTROLO DE
PRODUTOS IMPORTADOS**

**Adiada a entrada em
vigor do Programa
de Avaliação da
Conformidade**

10

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

Ambiente de negócios e competitividade

Moçambique tem quadro legal favorável mas falta o enforcement

- Defende o Presidente da ACIS, Luís Magaço



Falando na Conferência alusiva ao 25 de Maio, dia de África, que se realizou sob o lema “Aceleração da Implementação da Zona de Comercio Livre Continental Africana” (ZCLCA), o economista, empresário e presidente da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), Luís Magaço, afirmou que apesar de Moçambique possuir um quadro legal teoricamente favorável ao investimento, a ineficácia do mesmo, acaba por tornar adverso o clima de investimento.

Sobre o clima de investimentos prevalecente em Moçambique e numa perspectiva de competitividade continental, Luís Magaço

considera o quadro legal do ambiente de negócios, favorável, na medida em que o país tem um vasto leque de legislação, porém não tem é o “enforcement, pois as leis são aprovadas, mas ninguém cumpre”, o que acaba por prejudicar a atracção de investimento e a competitividade da economia.

Para Magaço, a adesão de Moçambique à ZCCLA irá exercer uma certa pressão ao País no sentido de melhor aproveitamento das vantagens comparativas e competitivas, relativamente as outras economias deste bloco de integração económica continental.

Em relação as parcerias público-privadas, o economista disse que Moçambique está a desenvolver projectos que podem ser replicados, dando exemplo do caso do Porto de Maputo. “O porto que é cada vez mais eficiente, realiza investimentos necessários, quer na dragagem como em infra-estruturas, e incrementa progressivamente a sua capacidade de operacionalização, facto que atestado pelo desvio de muito tráfego que anteriormente ia para Durban e Richard Bay, ambos da vizinha África do Sul”. O modelo de concessão da EN4, Build, Operate and Transfer (BOT) é na opinião de Magaço outro exemplo a seguir.

Debruçando-se sobre o Conteúdo Local, um tema cada vez mais candente na classe empresarial, Luís Magaço, destacou que inexistência de uma Lei até agora, deve-se à percepção de que a mesma afugenta o investimento. “Seja como for, se quisermos discutir, em teoria, o que é conteúdo local do meu ponto de vista, para mim o conteúdo local não é necessariamente o capital nacional numa empresa, saber se o empresário local tem 50% ou não, para mim não é mais importante, porque entre um empresário nacional que tem 80% numa empresa que faz importação e venda local, e o empresário estrangeiro que está cá no País, e que produz cá eu prefiro mil vezes o empresário estrangeiro que está cá no País e que produz no País porque esse incorpora insumos nacionais, mão-de-obra, água, matéria-prima, energia, e outros consumíveis, portanto, para mim, o conteúdo local não é o capital nacional, mas é a produção nacional e, para mim, é fundamental o produto nacional, ou seja, um produto interno bruto.”

O papel das infraestruturas na integração económica de África

Neste capítulo, Luís Magaço afirmou que o continente africano continua à margem de importantes oportunidades de desenvolvimento socioeconómico, já que a sua contribuição nos 24 triliões de dólares correspondentes ao volume anual do comércio mundial é de apenas 2%. “Significa isto, que este comércio é feito sobretudo pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), portanto, África, exporta as commodities para OCDE. E se essas commodities forem internalizadas, elas criarão no continente benefícios para a população, porque vai criar a alavancagem económica necessária para que os países africanos possam fazer aquilo que é essencial em toda esta temática da criação deste bloco de integração económica intra-continental”, explicou Magaço, para depois acrescentar que “não é apenas permitir o comércio interno sobre a África, o mais importante é que a África possa começar a transformar aquilo que produz, portanto, os ganhos estão na transformação, porém esta requer que haja um mercado”.

Segundo o economista, esse mercado já existe potencialmente, “estamos a falar de cerca de 1,3 mil milhões de pessoas, mas que precisam de estar integradas, e esta integração significa infra-estruturas de comunicação acima de tudo, porque é necessário que o produto que por exemplo Moçambique exporta, chegue à República Democrática de Congo, Uganda, África do Sul, entre outros, mas para isso precisamos de estradas, linhas férreas, o que precipita a urgência da necessidade do investimento ou Parceria Público-Privado, para o desenvolvimento desta infra-estruturas de comunicações, ligações entre os países, energia eléctrica, telecomunicações, regras comuns de funcionamento dos mercados”. “Há permanentemente no mundo, cerca de 2 triliões de dólares à espera de oportunidades de negócio, estão soltos é uma questão de oportunidades para que todos nós possamos ir buscar os 2 triliões ou parte desse valor, e falar de oportunidades significa que, os mercados funcionem de forma dinâmica, ninguém vai investir no mercado que não funciona, que não tem energia eléctrica, que

não tem infra-estruturas que as leis não são cumpridas, portanto, o “enforcement” é extremamente importante”, concluiu Magaço.



Luís Magaço
Presidente da ACIS



O FUTURO, LADO A LADO

O Futuro é construído na forma como damos cada passo.

No **Société Générale Moçambique** orgulha-nos a vontade e resiliência com que os nossos Clientes encaram a mudança nas suas vidas e nos seus negócios. Para nós, você é o futuro e é consigo que queremos continuar a construir o dia de amanhã.

**VOCÊ É
O FUTURO**  **SOCIETE GENERALE
MOÇAMBIQUE**

Seminário sobre Mercado de Capitais

BVM divulga serviços da Bolsa a empresários da zona Centro do País



A Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) promoveu, recentemente, na cidade da Beira, província de Sofala, um seminário sobre o mercado de capitais, que juntou empresários de todas as províncias do País, com o objectivo de apresentar os seus serviços e produtos aos homens de negócios.

Segundo o presidente do Conselho de Administração (PCA) da BVM, Salim Valá, a instituição que dirige é um instrumento alternativo de financiamento das empresas com custos mais reduzidos, mas, em contrapartida, estas devem ser bem governadas e geridas, ter boa saúde económico-financeira e contas auditadas para atestar a sua transparência.

O encontro foi realizado numa altura em que a BVM tem o desafio de convencer empresas privadas sediadas fora da cidade de Maputo a alistar-se na instituição. A este respeito, Salim Valá assegurou aos empresários que a BVM é uma espécie de “marca registada e mecanismo que confirmam a reputação da empresa”, com múltiplas vantagens que não se resumem apenas às facilidades de financiamento.

“Os benefícios são a possibilidade de ampliar a visibilidade da empresa, permitir atrair investidores, dispersar o risco de investimento, beneficiar-se de incentivos concedidos pelo Estado para as empresas e investidores que usam a BVM, bem como facilidades no estabelecimento de parcerias empresariais”, enumerou o responsável.

Salim Valá referiu que a BVM detém,

actualmente, 13 empresas cotadas, com uma capitalização bolsista de 25,47% do Produto Interno Bruto (PIB), e três mercados, nomeadamente o de cotações oficiais (para o Estado e as grandes empresas), outro para as Pequenas e Médias Empresas (PME) e o último mercado voltado para a incubação, preparação e transição das empresas para os Mercados Oficiais de Bolsa.

“Não acreditem nos preconceitos, nos mitos e falácias sobre a Bolsa de Valores. Há muitas informações erróneas que circulam, dando conta que a Bolsa é uma montanha difícil de

escalar. Conversem com os gestores das um processo longo, moroso e oneroso”, estruturado e regulamentado, há requisitos por cumprir, mas isso está ao alcance de diversas empresas, incluindo as PME. A Bolsa está disponível para acolher empresas de vários ramos de actividade e localizadas em diferentes geografias do País”.

O PCA referiu, igualmente, que o uso das parcerias institucionais pode ajudar a atrair para o mercado de capitais empresas que se encontram fora da capital do País.



Salim Valá

PCA da BVM

ULTRAPASSE OS LIMITES DO SEU POTENCIAL FINANCEIRO



DE INVESTIMENTOS
QUE CONDUZEM AO
SUCESSO FINANCEIRO

 www.bvm.co.mz  Linha Verde 800 4455

Manuseamento de carga contentorizada

Porto da Beira lidera “ranking” dos terminais mais eficientes da África Austral

O Terminal de Contentores do Porto da Beira, concessionado à Cornelder de Moçambique (CdM), registou uma subida de 47 pontos no Índice de Desempenho de Terminais de Contentores (CPPI) em 2022, passando de 270.º para 223.º (num total de 348 portos avaliados a nível mundial), consolidando a sua posição como o terminal de contentores mais eficiente da África Austral depois de ter sido eleito pela primeira vez em 2021.

O Índice de Desempenho de Terminais de Contentores é produzido pelo Banco Mundial e classifica os portos numa abordagem estatística, tendo como base o tempo de espera do navio no porto. As classificações são baseadas numa variedade de factores de eficiência.

Para a Cornelder, este progresso é o resultado de várias medidas estratégicas adoptadas nos últimos anos, destacando-se os investimentos em infra-estruturas e equipamentos, bem como a melhoria da eficiência e da produtividade.

De acordo com a concessionária, que explora o porto há 25 anos, durante este período, “foram feitos investimentos substanciais em várias áreas, incluindo a construção de uma nova entrada para o terminal de contentores, a reabilitação das instalações existentes, a pavimentação de áreas adicionais, e a aquisição de novas gruas e outros equipamentos operacionais”.

“Foram também desenvolvidas aplicações internas como o C-GATE (uma aplicação baseada em Inteligência Artificial em dispositivos portáteis e portais de digitalização para chegadas e partidas de



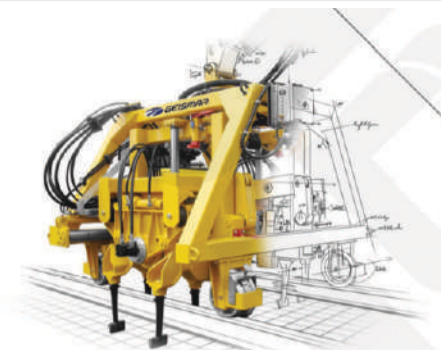
contentores), o CDMS (um portal de clientes para apresentação de documentos), o CommTrac (um sistema operativo para o Terminal de Carga Geral) e o TPS – Truck Positioning System. Estes investimentos contribuíram para melhorar a eficiência e a produtividade do porto, tornando-o uma opção mais atractiva para as companhias de navegação”, lê-se no comunicado divulgado pela concessionária.

Além disso, foram implementadas várias iniciativas para melhorar a eficiência e a produtividade do porto, com destaque para a introdução de melhores procedimentos operacionais, a formação do pessoal e a

iniciativas ajudaram a reduzir os prazos de entrega e a melhorar o desempenho global do porto”.

O Porto da Beira manuseia, actualmente, mais de 300 mil contentores de carga por ano e projecta, a breve trecho, duplicar essa quantidade para cerca de 700 mil contentores manuseados por ano. É o segundo maior porto de Moçambique e constitui um importante motor da economia do País, sendo igualmente uma via de entrada para o comércio com os países da região, movimentando uma grande variedade de carga contentorizada e a





MODERN TECHNOLOGIES IN RAILWAYS AND OIL & GAS



- MANUTENÇÃO DE TUBAGEM, TANQUES E COMPONENTES MECÂNICOS, NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GAZ;
- MANUTENÇÃO DE TODO TIPO DE CARRIS NA INDÚSTRIA FERROVIÁRIA;
- TESTAGEM NÃO DESTRUTIVA (NDT).

SÃO AS NOSSAS ESPECIALIDADES E O NOSSO DIFERENCIAL

www.tatos.co.mz



Alta Tecnologia em NDT



Lançada plataforma MozExport para impulsionar exportações da produção nacional



Sob o lema “Exportar com Qualidade” a conferência Moz Export lançada no passado dia 19 de Maio foi concebida como plataforma focada na divulgação dos acordos comerciais preferenciais e oportunidades existentes para diversificação das exportações e na substituição de importações.

Trata-se de uma abordagem tem fundamentalmente em vista, por um lado, promover a diversificação e aumento das exportações e investimentos com activo envolvimento das micro, pequenas e médias empresas (MPME'S) e, por outro lado, facilitar o estabelecimento de parcerias com melhoria expressiva da balança comercial e de capitais.

Moçambique tem vigente acordos de parceria multilaterais, designadamente, com a SADC (15 Estados), com a União Europeia (27 Estados), com o Continente Africano (53 Estados) e acordos bilaterais de comércio preferencial com o Reino Unido e a Irlanda do Norte, com a China, com os Estados Unidos da América, com a Indonésia, com o Quênia, com o Zimbabwe e com o Malawi.

A balança comercial com o resto do Mundo em 2022, apesar de continuar deficitária, registou um crescimento de 69% (22.762 milhões de dólares americanos contra 13.469 milhões em 2021) com um total de 8.199 milhões de dólares americanos de exportações (58% de crescimento) contra 14.563 milhões de dólares americanos de importações (76% de crescimento), tendo os mercados preferenciais, apenas absorvido 51% do total dos produtos exportados.

Segundo a Vice-Ministra da Indústria e Comércio, Ludovina Bernardo que presidiu a abertura do evento, continua a registar-se um crescimento consistente das exportações dos produtos agrários (110% com um peso 11% do total das exportações), com um nível de diversificação em novos produtos também crescente (7%), entretanto, com pouca expressão na inclusão empresarial, na medida em que as MPME'S apenas contribuíram com cerca de 27% do total das exportações.

No que se refere a União Europeia, esta é o maior parceiro comercial multilateral de Moçambique com o qual está em vigor, desde 2017, o Acordo de Parceria Económica e que nos últimos cinco anos, mantivemos uma balança favorável, cifrada em 673.4 milhões de dólares de exportações.

“Entretanto, o desafio continua, porque a matriz das nossas exportações para a União Europeia ainda é dominada por bens com pouca adicção de valor e tradicionais de grandes empresas”, disse a Vice-Ministra da Indústria e Comércio.

A governante disse ainda que muitas ilações podem ser tiradas a partir dos dados disponíveis mas, para o Governo, algo resulta inequívoco: o facto de se ter conseguido estabelecer acordos de parcerias económica que, no seu ponto de vista, são uma enorme possibilidade de aumentar e diversificar a base das nossas exportações através da participação activa, pretensamente, as MPME's.

Assim, ao Programa MozExport foram atribuídos os objectivos de divulgar os

acordos de parceria económica que o Governo tem vindo a negociar, facilitar através das Associações Económicas um maior conhecimento dos mesmos através de uma literacia acessível, simples e prática e, de forma combinada trazer e envolver os principais intervenientes da cadeia de valor institucional do comércio externo para o passo a passo de como melhor exportar.

Relativamente ao tema nuclear da conferência “Exportar com Qualidade”, a expectativa é que o mesmo acentue a importância e interesse do Governo, em promover uma produção nacional que concorra no mercado internacional observando padrões de qualidade, modelos de negócios mais estruturados e orientado a exportação, modelos de negócios suportados com inteligência de mercados e processos de desembaraço aduaneiros para exportação devidamente instruídos.

“O País possui potencialidades em vários sectores económicos prioritários com produtos estratégicos de maior procura no mercado internacional, pelo que temos que conhecer, dominar o conteúdo e maximizar o conteúdo dos Acordos de Parceria Económica existentes. Esta é a essência do programa MozExport”, frisou a Vice-Ministra da Indústria e Comércio.

Por sua vez, a representante da União Europeia no evento, Veerle Smet, reconheceu que “Moçambique está no bom caminho no que diz respeito às exportações, apesar de alguns desafios que o País ainda enfrenta”.

Para melhoria do ambiente de negócios

ACIS e MDR Advogados estabelecem cooperação institucional



A Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS) e a Mendes, Duarte Rocha & Advogados Associados (MDR) assinaram recentemente em Maputo, um Memorando de Entendimento com o objectivo de estabelecer uma parceria institucional entre as partes que visa, entre outros, a organização e participação em eventos de interesse empresarial e a produção de conteúdos que permitam a melhoria do ambiente de negócios em Moçambique.

Ao abrigo do acordo ora formalizado as duas instituições passam a colaborar na organização de eventos e produção de conteúdos de interesse empresarial, entre outras acções que concorrem para a melhoria do ambiente de negócios em Moçambique.

Nesse contexto, a MDR Advogados passa a elaborar e partilhar com a ACIS artigos ou

alertas legais com o objectivo de enquadrar e/ou analisar juridicamente temas actuais e relevantes para o País, para efeitos de publicação nas plataformas de comunicação da ACIS. A firma de advogados vai igualmente apoiar na dinamização da Provedoria Jurídica aos membros da ACIS, em colaboração com as demais sociedades de advogados integrantes desta.

À luz do Memorando a ACIS abre espaço para a participação da MDR Advogados em todos os eventos organizados pela Associação, com destaque para os Seminários Económicos, Business Links, Mozambique Agribusiness, Industry and Logistic Forum, Mozambique, Industry and Logistic Forum Norte, Conferência dos CEOs da Europa e África, em parceria com Ambrosetti European House, entre outros a identificar oportunamente pelas Partes. A ACIS compromete-se também a publicar, no

boletim informativo “Voz do Empresário” e em outras plataformas os conteúdos elaborados pela MDR Advogados.

O acordo foi assinado pelo Presidente da ACIS, Luís Magaço Júnior e pelo Sócio-Administrador da MDR Advogados, Tiago Arouca Mendes.

A MDR Advogados é uma sociedade de advogados moçambicana que presta serviços de assessoria a entidades nacionais e estrangeiras, em sectores estratégicos de investimento privado como banca, serviços financeiros, energia e recursos minerais. A firma faz parte de uma rede internacional de sociedades de advogados através da parceria com a Morais Leitão Legal Circle, membro da Lex Mundi, presente em mais de 125 países e com mais de 22 mil advogados em todo o mundo.

■ PUBLICIDADE

eSIM

O TEU CARTÃO VIRTUAL

Agora podes ter mais números num único dispositivo.

Vai já a uma loja Tmcel ou contacte o teu gestor.



Termos e condições aplicáveis

Para controlo de produtos importados Adiada a entrada em vigor do Programa de Avaliação da Conformidade



No âmbito da implementação do Decreto 8/2022 de 14 de Março - Regulamento de Normalização e Avaliação da Conformidade, o Ministério da Indústria e Comércio através do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade-IP (INNOQ, IP) realizou recentemente um seminário de divulgação do início do Programa de Avaliação da Conformidade (PAC) dos produtos importados para Moçambique.

Na ocasião, o director-geral do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ), Geraldo Albasine, anunciou que a entrada em vigor do instrumento de avaliação estava prevista para o dia 23 de Maio de 2023. Entretanto, quando a nossa redacção contactou o INNOQ para saber do desenrolar do programa ficou a saber que a implementação do mesmo tinha sido adiada para uma data a anunciar.

O Programa de Avaliação da Conformidade

(PAC), levado a cabo pelo INNOQ em parceria com a Intertek Moçambique, tem como objectivo central assegurar o controlo da qualidade dos produtos importados para Moçambique. Segundo a fonte, o PAC está a ser implementado um pouco por todo mundo para evitar a circulação de produtos que não estejam em conformidade com os padrões de segurança e qualidade exigidos pelas normas regionais e internacionais.

“Todos devemos passar a verificar e certificar a qualidade dos produtos importados, desde os pontos de origem. Iremos fazer a inspecção com regularidade, pois o nosso foco é garantir a satisfação dos clientes, dar protecção ao consumidor e estimular a circulação de produtos seguros”, afirmou o director-geral do INNOQ.

Geraldo Albasine destacou a importância do envolvimento de todos segmentos da sociedade nas acções de controlo e

fiscalização. “Devemos estar conscientes desta implementação e trabalhar de forma unida para garantir que os produtos importados estejam alinhados ao que se pretende e assim proteger o meio ambiente. Moçambique não pode ser um depósito de produtos nocivos”, frisou.

Por sua vez, o director-geral da Intertek em Moçambique, Avelar da Silva, disse que com o PAC espera-se alcançar ganhos positivos, pois vai expandir a certificação dos produtos e elevar as empresas, ajudando também na decisão de compra por parte dos clientes.

“O Programa vai trazer condições saudáveis e seguras para a actuação do sector privado, protecção do meio ambiente, prevenção de práticas enganosas de comércio e, acima de tudo, garantir a defesa ao consumidor”, explicou o responsável.

Em Fevereiro ultimo, o Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) e a empresa internacional de prestação de serviços Intertek assinaram, no Ministério da Indústria e Comércio (MIC), em Maputo, um contrato para a implementação do PAC. Na ocasião o ministro da Indústria e Comércio, Silvino Moreno, apelou a demonstração de profissionalismo e promoção das capacidades das partes envolvidas no processo, por forma que responda aos anseios dos moçambicanos em matéria de qualidade.

A Intertek é pioneira em programas CAP, tendo introduzido o primeiro há mais de 25 anos e com uma rede de mais de 1.000 laboratórios e escritórios em mais de 100 países, oferece soluções sob medida de garantia, teste, inspecção e certificação.



Geraldo Albasine
Director-geral do INNOQ

Desempenho do Moza em 2022

Moza Banco atinge cerca de 90 milhões de Meticais em lucros



João Figueiredo

PCA do Moza Banco

2022 foi efectivamente, para o Moza Banco, um ano de consolidação dos principais indicadores e a manutenção das tendências de crescimento em linha com os anos anteriores, facto suportado, segundo o banco, “pela confiança demonstrada pelos clientes e pelo mercado”.

O Banco consolida os principais indicadores e mantém tendência de crescimento em 2022, crescimento de 27% no número de clientes, alcançando um total de 215.864. O desempenho eficiente da instituição levou à geração de resultados antes de impostos positivos, atingindo MZN 326 milhões, comparados aos MZN 1,3 mil milhões negativos registados no ano anterior. Com efeito, o Moza registou um resultado líquido positivo de MZN 90 milhões.

De acordo com o banco, apesar do contexto marcadamente adverso, apresentou em 2022 uma melhoria significativa nos índices de rentabilidade e eficiência em comparação com o mesmo período de 2021. A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) e a rentabilidade dos activos (ROA) atingiram 1,26% e 0,05% positivos, respectivamente, em comparação com 9,83% e 0,4% negativos

em 2021.

No que respeita aos rácios prudenciais, o rácio de solvabilidade manteve-se estável, situando-se em 22,58% no final de 2022, em comparação com 23,21% em 2021. O rácio de liquidez atingiu 47,41% em 2022, uma melhoria de 2,91pp face a, 2021, mantendo-se acima dos requisitos regulamentares estabelecidos pelo regulador.

Em 2022, o banco registou um crescimento equilibrado na captação de depósitos, com um aumento de 8% (MZN 2,6 mil milhões) em comparação com o exercício anterior, o que se traduz na contínua aposta e confiança dos Clientes no Moza e na abordagem Relacional do Banco. Os activos totais também evoluíram nesse sentido, apresentando um aumento de 6% (MZN 2,6 mil milhões).

“A confiança demonstrada pelos clientes e pelo mercado em relação ao desempenho do Banco atesta essa trajectória. É importante destacar que, apenas neste último exercício, foi registado um crescimento significativo de 27% no número de Clientes, alcançando um total de 215.864 clientes”

A eficiência operacional da instituição

manteve-se positiva, traduzida num rácio cost-to-income que fixou-se em 74,30%, o que reflecte o efeito positivo da estratégia contínua de optimização e racionalização de custos operacionais e investimentos.

O Presidente do Conselho de Administração do Moza Banco, João Figueiredo, destacou que “num contexto macroeconómico desafiador e de subida das taxas de juros, o Banco contribuiu no crescimento da economia através da concessão de financiamentos, assegurando a devida prudência em linha com a estratégia do Banco, face ao contexto de aumento do crédito vencido do sistema. Vamos continuar a apostar no reforço de políticas e instrumentos para garantir uma gestão eficaz e eficiente, assegurando as boas práticas de gestão de risco e compliance”.

O ano de 2022 foi ainda marcado pela aprovação e início da implementação do Plano Estratégico 2022-2026, um instrumento orientador que estabelece as directrizes de actuação do Banco no período em referência e contempla orientações de suporte à actividade, com foco na relação com o Cliente e sustentabilidade do Banco.

ANUNCIE SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, AQUI A SUA MARCA CHEGA MAIS LONGE!



Ficha Técnica

Propriedade:

ACIS

Sede:

Bairro Palmeiras 1, Rua João de Barros nº 270 - Beira – Moçambique

Sucursal:

Bairro da Sommerschild, Rua António Simbine nº114 - Maputo

Contactos:

Telf: +258 82 2434188 | +258 822 434 164

+258 82 2434188

Email: acisadmin2@acismoz.com
aciscoms@acismoz.com

Presidente do Conselho de Gerência

Luís Magaço Jr.

Direção:

Edson Chichongue

Redação e Edição:

Arnaldo Langa

Periodicidade:

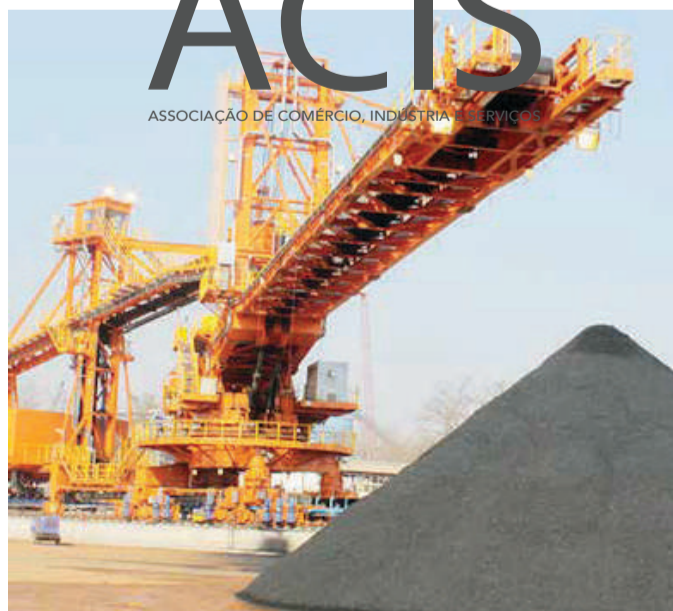
Mensal

Coordenação:

ACIS

Layout e Maquetização:

INNOVART



PARCEIROS



member of MORAIS LEITÃO LEGAL CIRCLE

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

SOBRE ACIS

A Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS) é uma pessoa colectiva de direito privado, com fins não lucrativos, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Fazem parte desta agremiação, pequenas, médias e grandes empresas dos ramos industrial, comercial e prestação de serviços, que operam no território nacional moçambicano, independentemente da sua origem.

MISSÃO

A missão da ACIS é promover, apoiar e proteger os interesses empresariais e de negócios dos seus membros, de forma particular e das empresas em geral que operam em Moçambique; Fornecer informações, suporte e treinamento para as empresas; lobby e advocacia em prol dos membros e do Sector privado em geral. Na sua actuação a ACIS pauta pelos princípios de boa Governança e Gestão Organizacional.

VISÃO

Um sector empresarial cada vez mais produtivo e competitivo, com contributos significativos para geração de emprego e riqueza e capaz dinamizar o processo de desenvolvimento económico e social do País.

ENDEREÇO / ADDRESS Bairro Palmeiras 1, Rua de Barros nº 270 - Beira - Moçambique
Sucursal: Bairro da Sommerchield, Rua António Simbine, n 114, Maputo
Moçambique

e-mail aciscoms@acismoz.com
acisadmin2@acismoz.com